

A Transferência da Capital do País para o Planalto Central

Eng.º CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO

Membro da Comissão Técnica para o Estudo da
Localização da Nova Capital da União

Estabelecendo o art. 4.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 18 de setembro de 1946, que "A capital da União será transferida para a região do planalto central do país", o Sr. Presidente da República nomeou a "Comissão de técnicos de reconhecido valor para proceder ao estudo da localização da nova capital", previsto no § 1.º daquele dispositivo constitucional.

Entre os distinguidos para compor a comissão figura o Eng.º CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO, que, além de secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia, é o presidente da Comissão de Geografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História. Entrevistado pela Agência Nacional, o Eng.º LEITE DE CASTRO deu à imprensa do país substanciais informações acerca do assunto, tendo expandido vários pontos de vista relativamente a tão marcante problema. Eis como o Eng.º LEITE DE CASTRO encara a questão da transferência da capital do país:

A consciência nacional do problema — Em torno do problema da mudança da Capital brasileira existe felizmente uma verdadeira consciência nacional, de que é manifestação evidente o fato de três Constituições — as de 1891, de 1934 e de 1946 — terem determinado a providência, em dispositivos expressos.

Foram assim três Assembléias Constituintes que afirmaram a necessidade da providência e essa circunstância é altamente expressiva, porquanto a Assembléia Constituinte se forma de representantes eleitos pelo povo, com a missão especial de, em nome dos brasileiros, estabelecerem novos rumos à vida nacional.

Aliás, a História Brasileira já oferece exemplos animadores de mudanças de capitais, do país e das suas unidades políticas, a dizerem do arrôjo e da capacidade dos brasileiros e do acerto da medida quando conduzida hábilmente.

Em 1763, a capital do país transferiu-se da Bahia para o Rio de Janeiro, por ser este local mais conveniente à administração do país, embora mais longínquo da corte portuguesa, então sob o reinado de D. José I.

Em 1897, a capital do Estado de Minas Gerais se mudava de Ouro Preto para Belo Horizonte, em atitude inteligente e louvável do povo mineiro que, a um tempo, salvaguardou valioso patrimônio histórico — hoje cidade monumento nacional — e propiciou, em condições favoráveis e modernas, a expansão da sede do Estado.

Nos nossos dias, o povo goiano deu em 1942 análoga demonstração de capacidade e compreensão deslocando para Goiânia, previamente escolhida e projetada, a sede do governo, até então localizada na cidade de Goiás, que já não oferecia condições de progresso.

Esses são os exemplos mais frisantes, dentre tantos outros de mudança de sede dos governos das unidades políticas, que a nossa História acusa: Mato Grosso teve por capital, até à proclamação da Independência a cidade de Vila Bela; Amazonas sediou a capital na cidade de Barcelos até 1804, quando Manaus definitivamente lhe arrebatou o título; Alagoas transferiu em 1839 a capital da cidade de Alagoas para a de Maceió; Sergipe até 1855 teve o seu governo sediado em São Cristóvão; o Estado do Rio de Janeiro declarou Petrópolis sua capital em 1894, que aí se manteve durante cerca de dez anos; o Rio Grande do Sul já teve Viamão por capital (1763); Piauí, em 1852, mudou de Oeiras para Teresina a sede do governo; há pouco tempo, a sede do Território do Acre deslocou-se de Cruzeiro do Sul para Rio Branco; e, mui recentemente, o extinto Território de Ponta Porã, na sua curta existência, usou duas cidades para capital, Ponta Porã e Maracaju.

A idéia de interiorização da capital do país vem de longe: VARNHAGEN, o grande VARNHAGEN, FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN, visconde de Pôrto Seguro, autor da monumental *História Geral do Brasil*, foi-lhe vibrante pioneiro, desde 1839, tendo publicado apreciados e substanciais estudos, em os quais chegou a preconizar a região do planalto goiano "em que se encontram as cabeceiras dos afluentes Tocantins e Paraná — dos dois grandes rios que abraçam o Império; isto é, o Amazonas e o Prata, com as dos do São Francisco, que depois

de o atravessar pelo meio desemboca a meia distância da cidade da Bahia à de Pernambuco. É nessa paragem bastante central e elevada, donde partem tantas veias e artérias que vão circular por todo o corpo do Estado, que imaginamos estar o seu verdadeiro coração; é ali que julgamos deve fixar-se a sede do governo”.

Mais tarde, em 1894, a Comissão nomeada pelo governo para o estudo da localização da nova capital, determinado pela Constituição de 1891 (artigo 3.º), chefiada pelo ilustre Dr. Luís CRULS, enquadrava o sítio da nova capital na região indicada por VARNHAGEN.

Anteriormente a VARNHAGEN, já circulava a idéia da mudança da capital, sendo que o próprio VARNHAGEN aponta como seus precursores a HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA PEREIRA FURTADO DE MENDONÇA, que a divulgou e a defendeu calorosamente no seu *Correio Braziliense* (1808-1822) e a JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA que a manifestou nos conselhos do Senhor Dom PEDRO I e apresentou à antiga Constituinte do Império, na sessão de 9 de junho de 1823, uma proposta para a mudança da capital para o sertão.

A influência dos ANDRADAS na evolução da idéia da transferência da metrópole brasileira foi acentuada, sendo de citar as instruções baixadas pelo governo provisório de São Paulo, em 10 de outubro de 1821, governo composto de JOÃO CARLOS AUGUSTO OYENHAUSEN como presidente, JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA como vice-presidente e MARTIM FRANCISCO RIBEIRO DE ANDRADA como secretário, nos quais se encarece aos deputados, que iam ao Congresso de Lisboa, ser “muito útil que se levante uma cidade central no interior do Brasil para assento da côrte ou da regência”.

Aliás, VARNHAGEN vai mais remotamente e indica que a idéia foi recebida, como doutrina, “pode-se dizer, pelos patriotas da conjuração mineira de 1779” hipótese que o patriotismo vigoroso dos mineiros e a pujança econômica da capitania na época, — baseada numa mineração fascinante, ajustada a uma agricultura crescente, — de certo modo explicam, tanto mais porque as opiniões convergiam nitidamente para a opulenta Ouro Preto.

Entretanto, parece fora de dúvida que, conforme divulga o Dr. ANTÔNIO MARTINS DE AZEVEDO PIMENTEL, o nome que mais remotamente se pode apontar como pioneiro da idéia da interiorização da capital do país é o de FRANCISCO TOSSE COLOMBINA, “goyano de origem, e que no século XVIII muito viajou pelo interior do Brasil, em exploração de minas de ouro, construção de estradas reaes, etc. Deixou COLOMBINA escriptos de 1750 e mappas geographicos pela Bibliotheca Nacional e pelo Archivo Publico Mineiro adquiridos no leilão da grande bibliotheca do conde de LINHARES, em Portugal (comunicação verbal do Dr. CAPISTRANO DE ABREU)”.

No século corrente, a idéia, embora geralmente aceita, a ponto de RONDON dizer que a mudança da capital é o maior problema do Brasil — não tem tido até agora a correspondente movimentação prática: em 1922, o presidente EPITÁCIO PESSOA assinou decreto determinando a efetivação da mudança da capital para o sítio do planalto central fixado pela Comissão Cruls, mas condicionou a mudança a uma oportunidade não definida; em 1933, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (hoje Sociedade Brasileira de Geografia) convocou as instituições culturais do país e constituiu uma Grande Comissão Nacional, que concluiu por confirmar o acerto da localização feita pela Comissão Cruls e encareceu a efetivação da mudança; em 1934, a nova Constituição reafirmou, no seu artigo 4.º, a necessidade da providência; em 1937, a Constituição outorgada pelo governo central, conquanto não mencionasse em dispositivo expresso a interiorização da metrópole, entretanto a reconheceu implicitamente ao dizer em seu artigo 7.º “o atual Distrito Federal, enquanto sede do governo da República...”; em 1946, a nova Constituição estabeleceu com vigor o encaminhamento do problema, que já agora se movimenta com a constituição da comissão encarregada do estudo da localização da nova capital, da qual muito me orgulho de fazer parte.

A complexidade do problema — O problema da interiorização da capital do país é essencialmente complexo, porquanto nêle interferem questões numerosas, variadas e delicadas.

A sua solução envolve três fases sucessivas: a 1.ª, caracteristicamente política, é a da deliberação, em que se reflete a consciência nacional, fase já vencida com a inserção do dispositivo constitucional hábil; a 2.ª, acentuadamente técnica e científica, é a do estudo, em que se aplica a cultura nacional, fase que cabe à Comissão nomeada pelo governo empreender; a 3.ª, predominantemente administrativa e financeira, é a de instalação, em que se concretizarão no terreno os projetos aprovados, em demonstração expressiva da capacidade realizadora dos brasileiros.

Evidentemente, as operações se entrosam intimamente, formando sistema harmônico e objetivo.

Assim, por exemplo, a fase intermediária, a dos estudos, não poderá desenvolver-se isoladamente; muito ao contrário disso, porque tais estudos deverão levar em conta os antecedentes históricos que conduziram a determinação constitucional e sobretudo deverão considerar a exequibilidade dos planos, para que, quanto possível, a sua efetivação seja facilitada no futuro.

O fato é que para chegar-se à solução acertada do problema não se pode deixar de ouvir os ensinamentos e os conselhos da Economia, das Finanças, da Geografia e da Cartografia, da Estatística, da Demografia, da História, da Administração e de outros setores especulativos.

Porque, prévia e cuidadosamente estudada, a nova localização da metrópole deverá harmonizar, em linha justa, os múltiplos interesses em jôgo, para melhor desenvolvimento da civilização nacional.

Para bem compreender-se a afirmação, basta assinalar algumas condições básicas que a nova metrópole deve satisfazer:

- 1) o local deve oferecer a máxima segurança tática e estratégica, como sede do governo nacional;
- 2) a situação deve proporcionar equilibrado contacto da capital com a parte litorânea e a parte central do país, de maneira que essas duas partes melhormente se entrossem, em recíproco benefício, resultando daí vigoroso impulsionamento da interiorização da civilização brasileira, sobretudo:
 - a) pelo avanço ocidental do nosso povoamento;
 - b) pela irradiação interiorizada da viação e das comunicações do país;
 - c) pela penetração extensa da produção nacional;
- 3) o sítio da capital deve ser beneficiado por clima favorável ao estabelecimento da administração central;
- 4) o lugar deve atender às modernas exigências urbanísticas para as concentrações humanas de vulto.

No organismo da nação a capital deve funcionar como o coração ou seja, como um órgão interiorizado, bem protegido por boa armadura periférica, a desenvolver atividade fundamental, em ritmo, como se fôra bomba aspirante premente da civilização, convergindo recursos e energias da parte densamente povoada do país e economicamente forte, a fim de projetá-los no ocidente, para desenvolvimento da parte do país de menor expressão social, política e econômica.

A contribuição da Geografia — Nos estudos da localização da capital no planalto central, a contribuição da Geografia há de ser vultosa e de valia, se não predominante, porquanto especulativamente o problema é mais geográfico do que político ou mesmo geopolítico.

A localização da nova capital oferece dois aspectos interessantes: um, estático ou local, relativo ao sítio onde se assentará a futura cidade; outro, dinâmico ou regional, referente à vida de correlação, imediata ou mediata, que a região da capital manterá com as regiões circunvizinhas, próximas e remotas.

Sob o ponto de vista estático, haverá necessidade de se conhecerem sítios na zona mais favorável do planalto, — certamente na faixa pioneira da civilização brasileira, — tendo em vista o estabelecimento de uma grande concentração urbana.

Nesse particular, a Geografia contribuirá predominantemente porque o sítio a ser escolhido deverá evidentemente oferecer as melhores condições de clima, água e relêvo, condições essas que só a Geografia poderá definir, através das suas investigações de Climatologia, de Hidrografia, de Hipsometria e de Geomorfologia.

Serão êsses estudos de caráter mais descritivo, a definirem quadros fisiográficos existentes, de sítios variados e de extensão diminuta.

Por outro lado, sob o ponto de vista dinâmico, em que se terá de prever a vida funcional da região da nova capital, a contribuição da Geografia será ainda mais importante e profunda, porquanto terá ela de entrar com os seus recursos modernos de metodologia científica.

Porque, então não se tratará de mera descrição de paisagens, se não da interpretação sagaz dos múltiplos fenômenos sociais, políticos e econômicos, de expressão territorial, cujo mecanismo de evolução no tempo e no espaço cumpre ser bem conhecido e explicado, para melhor e mais eficiente aproveitamento das forças vivas da nacionalidade.

Então, o estudo de cada fenômeno aludido quanto à sua distribuição territorial, o conhecimento das causas dessa distribuição, a investigação das ten-

dências da mesma distribuição e o seu aproveitamento em favor do novo centro urbano, e não só, também a previsão do comportamento futuro do fenômeno em face do estabelecimento metropolitano, serão questões substanciais e sedutoras que caberá à Geografia examinar e resolver, como subsídio valioso à boa solução do problema da interiorização da capital da República.

Um exemplo elucidará bem a afirmativa.

O fator, talvez de maior importância, a ser levado em conta na localização da nova capital é o do povoamento do Brasil.

Examinando-se um mapa demográfico do Brasil, evidencia-se que esmagadora maioria da população brasileira se localiza na faixa litorânea, em apreciável concentração, formando contraste marcante com o ocidente extenso e pouco povoado.

Tal mapa alerta o espírito de qualquer brasileiro para o magno problema nacional, que é o da ocupação efetiva das terras do interior do Brasil.

Assim, o famoso lema do grande MIGUEL COURO "no Brasil só há um problema — o da educação," talvez comportasse um adendo, de vez que o eminente cientista, médico que era, teve as suas vistas voltadas mais para o Homem do Brasil, daí a sua afirmação ajustar-se às maravilhas ao Brasil litorâneo, de apreciável expressão demográfica.

Entretanto, no Brasil lá de dentro, onde o povoamento é tão escasso, cabe antes da educação o problema da ocupação, mesmo porque, por falta de massa humana expressiva, o lema educativo muito se esbate, bastante se perde.

Nessas condições, aventurando-se, poder-se-ia dizer que no Brasil há dois problemas fundamentais, o da educação para o Brasil litorâneo e o da ocupação para o Brasil interior.

Pois bem, indubitavelmente, a interiorização da metrópole trará inestimável contribuição ao povoamento do oeste do Brasil, e nesse particular, cumpre ser bem estudada a localização da nova capital para que do grande esforço da nação se colham os melhores resultados possíveis.

O depoimento do geógrafo será, então, valioso: ele mostrará como as populações brasileiras se localizam, caracterizará os movimentos de população havidos nos intervalos dos censos nacionais, dará interpretação a essa localização e a êsses movimentos em face das características ambientais, apresentará indicações sobre as possibilidades do comportamento futuro dos movimentos populacionais diante do estabelecimento da nova concentração metropolitana, até chegar, quanto possível, à conclusão do local mais favorável a êsse estabelecimento, sob o ponto de vista unilateral da demografia brasileira.

Evidentemente, outros fenômenos de caráter social, político e econômico caberá à Geografia estudar, do mesmo modo, à luz dos fatores fisiográficos, tanto mais porque é da essência do método geográfico, e lhe é privativa, a consideração ecológica da correlação dos fenômenos.

Conclusão — Em vista das considerações expostas, pode-se esboçar à luz da Geografia, um programa de aproximação sucessiva para os estudos da localização da nova capital do Brasil, na seguinte seqüência de investigações científicas, de extensão decrescente e previsão crescente: 1.º cumpre, de início, ser cientificamente conceituado e cartograficamente delimitado o planalto central brasileiro, onde a Constituição determina que se localize a nova metrópole; 2.º deve-se, em seguida, situar a faixa pioneira brasileira, onde se exerce a pressão civilizadora do leste para oeste, faixa que se estende do norte ao sul do país, para que, em segunda aproximação, se caracterize no planalto central o que se poderia chamar a região pioneira planaltina; 3.º a necessidade evidente de clima ameno selecionará as regiões elevadas, acima duma altitude que cumpre fixar-se; 4.º estudos subseqüentes da distribuição dos fenômenos sociais, políticos e econômicos do Brasil permitirão o conhecimento das zonas de influência que, na região pioneira planaltina, se evidenciem mais favoráveis ao impulso civilizador da nova capital do país; 5.º finalmente, caberá estudar nessas zonas de influência os sítios mais favoráveis à instalação dum centro urbano importante, de maneira que se venha escolher aquêlê sítio que melhores condições de clima, de água e de relêvo, — numa palavra, as melhores condições de ambiente físico — pode oferecer.

Mercê de Deus, nos últimos anos a Geografia nacional evoluiu bastante, de modo que certamente na hora presente o Brasil poderá contar com os seus geógrafos, para resolver acertadamente o importante e oportuno problema da localização da sua nova capital, no planalto central".

* * *

Desenvolvendo os conceitos emitidos nesta conclusão, o Eng.º LEITE DE CASTRO elaborou um comentário intitulado "O Método do Estudo", em o qual procura explicar o aspecto metodológico do problema, nos seguintes termos:

"Permito-me desde já, nesse sucinto e desprezioso comentário, dizer algo do que penso a respeito do aspecto metodológico do estudo que a Comissão deve empreender.

Primeira aproximação — Indiscutivelmente, há no estudo da Comissão, um ponto de partida, que a Constituição estabeleceu, ao determinar que "A capital da União será transferida para o planalto central do país".

Bem de ver que a Comissão, de início, terá de conceituar o que se deve entender por "planalto central do país" e, quanto possível, delimitá-lo cartograficamente.

Agora, partindo-se do planalto, que é vasta região, para chegar-se ao local da capital, que é um sítio de extensão resumida, há muitos caminhos, cumprindo à Comissão escolher aquele mais acertado, sob o ponto de vista científico; nessas condições caberá à Comissão fixar um verdadeiro método de estudo, que não poderá ser outro senão o das aproximações sucessivas pela consideração de áreas territoriais progressivamente decrescentes.

Indiscutivelmente, na escolha do método a palavra da Geografia há de ser ouvida.

Segunda aproximação — A finalidade principal da mudança da capital é a sua interiorização, para que a metrópole venha a ser determinante valiosa de penetração, rumo ao oeste, da civilização brasileira.

Esse é indubitavelmente o princípio básico da mudança, que se sobrepõe ao próprio princípio da segurança nacional, o qual, de acordo com as modernas conquistas da técnica da guerra, muito perdeu de sentido quanto ao internamento da capital.

Ora, para que a nova capital sirva de impulso à penetração ocidental da civilização, é indispensável que ela se localize, a um tempo, bem apoiada na parte civilizada do país, para aspirar sólidos elementos de progresso, e nos umbrais da parte pouco civilizada, para que nesta possa projetar a influência civilizadora, a bom efeito.

Nessas condições, impõe-se nitidamente a consideração da faixa pioneira do Brasil, que é exatamente onde se dá a transição das duas partes diversamente civilizadas ou ainda onde se encontra a fronteira econômica do país.

Surge, assim, uma primeira limitação do planalto central, porque a superposição da faixa pioneira sobre o planalto irá caracterizar uma "região pioneira planaltina", compreendendo a porção leste do planalto.

Terceira aproximação — Há um fator importantíssimo na escolha da nova capital, que é o clima, cuja relevância é indiscutível em país tropical.

Nesse particular, a questão da temperatura ambiente é fundamental.

Então, a latitude pequena da região planaltina tem de ser corrigida pela altitude para que resulte um clima razoável do local.

Pode-se pois afirmar que a nova capital deve ter elevada altitude.

Caberá à Climatologia definir o valor da altitude acima do qual se pode obter clima na região favorável à instalação da nova metrópole.

A tese parece evidente, pois seria imperdoável que na nova capital previamente escolhida, os habitantes, ao invés de gozarem um clima estimulante e ameno, viessem a padecer sobretudo as agruras de uma temperatura elevada, facilmente ocorrente nas zonas de baixa latitude.

Entra assim em consideração mais um elemento limitativo, a altitude, que os climatologistas não-de definir e fazer valer.

Quarta aproximação — Situada no planalto central, localizada na faixa pioneira do país e colocada em região de altitude elevada para usufruir bom clima, a nova capital deve ainda ter os melhores apoios econômicos, políticos e sociais na parte oriental do país.

Essa radicação é evidente, pela função dirigente que a nova capital deve desempenhar.

Daí a necessidade do estudo da distribuição dos fenômenos políticos, sociais e econômicos, que permitirá conhecer as zonas de maior influência na região planaltina, zonas que não de merecer preferência sobre as demais.

Quinta aproximação — Finalmente, na seqüência dos estudos, de aproximações sucessivas, em que a extensão territorial estudada diminui progressivamente, chega-se à consideração do sítio ou seja do local, em que deva instalar-se a nova capital.

Esse sítio deve preencher condições para bem servir de pouso à importante metrópole, o que a moderna técnica urbanística sabe definir.

Como a nova capital deve ser colocada em bom contacto com a parte civilizada do país, na escolha do seu sítio não haverá necessidade da consideração de auto-suficiência integral.

Eis aí em linhas gerais o que me ocorre dizer a propósito do método a ser seguido pela Comissão em seus estudos em um esboço esquemático cuja realização prática, certamente exigirá adaptações quanto à seqüência e concomitância dos estudos parciais.

Em comentários sucessivos, tratarei de questões outras como por exemplo: a conceituação do planalto central; a auto-suficiência da nova metrópole; a importância do clima; a caracterização da faixa pioneira; a influência dos fatos humanos”.